



4 DE DEZEMBRO DE 2019

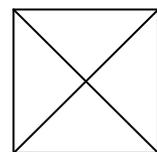
**ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS REGIONAIS
DO STAL
DISTRITO DE CASTELO BRANCO**

**Organizar e lutar para Avançar! Melhores Salários, Carreiras
Valorizadas, Serviços Públicos de Qualidade!**

QUADRIÊNIO 2020/2023

VOTA LISTA

A



Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais do STAL Mandato 2020-2023

PROGRAMA DE ACÇÃO

No próximo dia 4 de Dezembro, terão lugar as eleições para os novos órgãos nacionais e regionais do STAL para o quadriénio 2020-2023. A lista (A) proposta pela Comissão Executiva Nacional e pela Direção Regional, nos termos dos Estatutos e com o lema: **Organizar e lutar para Avançar! Melhores Salários, Carreiras Valorizadas, Serviços Públicos de Qualidade!** Integra homens e mulheres dos diversos sectores, conjuga a experiência com a renovação e reúne a coragem e a firmeza necessárias para prosseguir a luta pelos direitos dos trabalhadores e a melhoria das condições de vida, pelo fortalecimento do STAL, pela valorização do Poder Local e dos serviços públicos, conquistas de Abril, pela transformação da sociedade no rumo do progresso, da igualdade e da justiça social.

As eleições são um momento ímpar de afirmação da democracia e vitalidade do sindicato, sendo por isso indispensável a mobilização e a participação de todos para reforçar a unidade, transmitir esperança e confiança para avançar na defesa e conquista de direitos.

Em 2020, o STAL fará 45 anos, acontecimento especial que merecerá particular atenção 45 anos de trabalho árduo e de muita luta, de uma força com uma matriz sindical reivindicativa, combativa, de classe e de massas, na qual os *trabalhadores confiam*, em torno da qual se organizam e mobilizam. Foi com base nestes princípios que o STAL nunca desistiu de lutar - com destaque para o combate vitorioso pelas 35 horas semanais de trabalho – contribuindo fortemente, no âmbito do movimento sindical unitário, para derrotar o governo PSD/CDS-PP e para a criação de uma nova correlação de forças na Assembleia da República que permitiu, nos últimos quatro anos, a reposição de rendimentos e a conquista de direitos.

Contudo, os avanços conseguidos ficaram muito aquém do necessário, consequência das opções do PS e do seu governo que se juntou ao PSD e ao CDS sempre que estiveram em causa as orientações da União Europeia e dos interesses económicos daí decorrentes, desviando os recursos financeiros necessários à melhoria dos salários, à valorização das carreiras, ao reforço dos serviços públicos e ao investimento público, canalizando-os em vez disso, para alcançar o défice zero, para salvar o sector financeiro, para pagar ruinosas PPP e alimentar o sorvedouro da dívida pública e privada. O governo desprezou as propostas sindicais que lhe foram apresentadas.

Os principais problemas que afetam os trabalhadores do sector não foram resolvidos: salários, carreiras profissionais, condições de trabalho.

Pela frente temos um novo ciclo político. Os portugueses rejeitaram a maioria absoluta pretendida pelo PS e derrotaram de forma expressiva o PSD e o CDS, confirmando que não esqueceram a política de cortes nos salários, pensões e direitos, o empobrecimento. Apesar do surgimento de pequenos partidos ligados à extrema-direita, alguns com concepções abertamente xenófobas e racistas, a esmagadora maioria do eleitorado rejeitou a visão neoliberal, securitária, reacionária e colonialista que lhe está associada, bem como as propostas de redução dos impostos para o capital, a privatização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado e a fragilização dos direitos laborais.

O PS, com a vitória que teve nas eleições, não pode deixar de considerar a representação parlamentar do BE, do PCP e do PEV, e ter presente o sentimento generalizado dos portugueses no que respeita à importância da valorização dos direitos laborais e sociais.

A atual correlação de forças na Assembleia da República permite ir além do que aconteceu na última legislatura, investindo na melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população,

valorizando o trabalho e os trabalhadores. Existindo as condições, dependerá da vontade política responder positivamente às reivindicações dos trabalhadores e resolver os problemas.

É neste quadro que exerceremos o próximo mandato, que será por isso muito exigente. Mas, com a nossa determinação e o apoio dos trabalhadores que representamos, saberemos vencer os obstáculos que forem surgindo no nosso percurso porque, agora como sempre, não viraremos as costas à luta e tudo faremos para que os trabalhadores da Administração Local e Regional das Empresas Públicas e Concessionárias vejam a sua vida dignificada e o seu trabalho valorizado, como forma de afirmar o Poder Local democrático e os serviços públicos. É neste quadro que a lista (A) prosseguirá a luta por melhores condições de vida e de trabalho, assumindo como orientação para a acção reivindicativa os eixos e medidas aprovados na 3ª Conferência Sindical do STAL.

Aumentar os salários, recuperar o poder de compra

O congelamento dos aumentos salariais imposto nos últimos 10 anos aos trabalhadores da Administração Pública, traduziu-se na Administração Local, sector em que a maioria dos trabalhadores auferem salários muito baixos, numa brutal perda de poder de compra de 14%, em média. Os trabalhadores que passaram a auferir os €635,07 ficaram sem os pontos obtidos nas avaliações de desempenho, um autêntico roubo que continuaremos a combater.

Quem trabalha deve poder viver condignamente do seu salário, para tal, o aumento dos salários e a recuperação do poder de compra é uma emergência, pelo que intensificaremos a luta por:

- Aumento real dos salários, tendo por base a reivindicação da CGTP-IN de 850 euros no salário mínimo nacional a curto prazo;
- Reformulação da TRU, exigindo os € 850,00 para a 1ª posição remuneratória e, mantendo a proporcionalidade entre os diversos níveis nos termos do artigo 147.º da LTFP, que todos os níveis remuneratórios sejam atualizados na mesma proporção;
- Atualização do subsídio de refeição para €6,50;
- Regulamentação de todos os suplementos remuneratórios, nomeadamente do suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, de Isenção de Horário de Trabalho e de Prevenção/Piquete e recuperação do valor total dos acréscimos remuneratórios devidos pela prestação de trabalho suplementar;
- Uma ADSE pública e solidária, ao serviço dos beneficiários, reduzindo o valor da comparticipação para 1,5% durante 12 meses;
- Uma Aposentação com dignidade e o aumento real das pensões.

Dignificar as carreiras e profissões

A Lei n.º 12-A/2008 arrasou as carreiras profissionais, introduziu a polivalência e a generalização das funções, eliminou na prática as promoções e condicionou as progressões ou a chamada opção gestonária à obtenção de 10 pontos por via de um sistema de avaliação profundamente arbitrário e injusto, o que para a esmagadora maioria dos trabalhadores significa 10 anos para progredir. Tudo isto contribuiu para a degradação da qualidade dos serviços públicos. Em relação às carreiras “não revistas”, as propostas governamentais foram sempre no

sentido de as desvalorizar e reduzir a uma única categoria, merecendo a forte oposição dos trabalhadores e do STAL.

Por tudo isto, prosseguiremos em defesa de um regime de carreiras digno desse nome, que valorize os trabalhadores e as profissões, exigindo:

- Recuperação de todas as carreiras gerais, especiais e corpos especiais, com base na estrutura existente antes da Lei 12-A/2008, com as devidas adaptações;
- Recuperação e valorização das profissões, com regras eficazes e justas de progressão e promoção;
- Recuperação de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão, incluindo a salvaguarda dos pontos obtidos na avaliação de desempenho e não utilizados;
- Revogação do SIADAP, substituindo-o por um sistema de avaliação justo, simplificado e isento de quotas:

Trabalho com direitos, erradicar a precariedade

A destruição do vínculo, o subfinanciamento dos serviços públicos, os cortes cegos, a redução obrigatória e limitações à contratação de trabalhadores, o uso abusivo da contratação a termo e do trabalho temporário, o falso trabalho independente, a utilização dos estágios e dos desempregados, empurraram milhares de trabalhadores para a precariedade. O PREVPAP revelou-se insuficiente, continuando por regularizar a situação de milhares de trabalhadores. O recurso ao trabalho precário continua a ser uma prática corrente na Administração Local e as alterações à legislação laboral aprovada no final da última legislatura pelo PS, com o apoio do PSD e CDS legitimam e fomentam a precariedade. É um imperativo acabar com o flagelo do trabalho precário pelo que daremos toda a força à exigência de:

- Integração de todos os trabalhadores que se encontrem em situação de precariedade, reivindicando a abertura dos concursos e o respeito pela carreira/posição remuneratória correspondente à antiguidade do exercício das respetivas funções;
- Eliminação de todas as normas legais, nomeadamente, do regime dos contratos emprego inserção (CEI), que permitem a precariedade e o recurso ao trabalho temporário para responder a necessidades permanentes dos serviços;
- Alteração do regime de contratos de trabalho a termo certo por forma a condicionar a sua aplicação e que permita a sua passagem a contratos sem termo;
- Fim da externalização de serviços e subcontratação de trabalhadores, com garantia de contratação direta para postos de trabalho que respondam a necessidades permanentes;
- Inclusão de cláusulas nos concursos públicos para contratação de serviços ou concessões, bem como nos da criação de entidades empresariais municipais, que impeçam o recurso a contratação precária, recurso a empresas de trabalho temporário e utilização de mão-de-obra barata;
- Garantia do ingresso na carreira em lugares dos mapas de pessoal, dos estagiários com contrato celebrado para o efeito;

- Mais meios e competências para a ACT e uma intervenção e fiscalização mais eficazes que impeçam o recurso à contratação de trabalhadores com vínculo precário para o desempenho de funções permanentes.

Melhorar as condições de trabalho

A luta por melhores condições de trabalho tem que assumir a devida importância na ação do conjunto do sindicato. Os trabalhadores da Administração Local e Regional asseguram atividades essenciais, algumas marcadas por um elevado grau de insalubridade, penosidade e risco. As condições de trabalho existentes são de um modo geral más e muitos equipamentos e instrumentos de trabalho estão obsoletos e são desadequados. A polivalência, o incumprimento da legislação, o envelhecimento da mão-de-obra, a falta de prevenção e de avaliação dos riscos, agravam a realidade. Prejudicando gravemente os trabalhadores, PS e PSD, com a abstenção do CDS, chumbaram os projetos de lei que visavam a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco e a reposição da justa reparação por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional.

Reafirmando a luta pela segurança e saúde dos trabalhadores a nossa ação reivindicativa continuará orientada para:

- Prosseguir a luta por uma verdadeira cultura de saúde e segurança do trabalho com organização de serviços de Segurança e Saúde nos locais de trabalho, cumprindo-se a lei e rejeitando a “medicina e a segurança avulsas”;
- Pugnar pela identificação, nos locais de trabalho, das diversas atividades, profissões e tarefas de cada um, e dar combate à polivalência;
- Exigir a realização de avaliações de risco nos locais de trabalho e nas diversas atividades, essenciais à definição da proteção coletiva e individual e ao combate à sinistralidade laboral;
- Defender a sensibilização e formação contínua de todos os trabalhadores como prática integrada na política de segurança e saúde;
- Exigir o respeito pelo direito de negociação de regulamentos internos destinados a questões específicas nomeadamente controlo de alcoolemia e substâncias psicotrópicas, dados biométricos e videovigilância;
- Exigir o direito de acompanhar a organização do trabalho, na definição e implementação nomeadamente de horários de trabalho, trabalho noturno e por turnos, ritmos de trabalho e pausas;
- Lutar pelo reconhecimento de atividades de elevada insalubridade, penosidade e risco na Administração Local e Regional, com a consequente implementação deste suplemento;
- Continuar a luta pelo direito à justa reparação em caso de acidente de trabalho/doença profissional, nos moldes aplicáveis aos trabalhadores do sector privado;
- Reforçar e valorizar os representantes dos trabalhadores para a SST, facilitando a realização dos processos eleitorais.

Valorizar a negociação e promover a contratação coletiva

A negociação e a contratação coletiva são direitos fundamentais dos trabalhadores e um instrumento essencial para a melhoria das condições de vida e de trabalho, que continuaremos a desenvolver em todos os sectores, assumindo como prioridades:

- Definir os locais de trabalho prioritários e dinamizar a Acção e luta reivindicativa, construindo cadernos reivindicativos com base nas justas aspirações dos trabalhadores, nomeadamente: valorização salarial, redução do horário de trabalho para as 35 horas, reposição dos 25 dias úteis de férias e dos valores do trabalho suplementar e descanso compensatório; fixação de carreiras e categorias que valorizem os trabalhadores; combate à polivalência, flexibilidade, bancos de horas; limitação do trabalho por turnos e noturno;
- Apoiar a intervenção sindical nesta frente de trabalho, mobilizando os meios técnicos e humanos necessários;
- Exigir a revisão da Lei de Trabalho em Funções Públicas, adequando-a à Administração Local e Regional, especialmente as normas redutoras da contratação coletiva, as permissivas da precariedade e outras que retiraram direitos, nomeadamente nos tempos de trabalho, férias e faltas;
- Lutar pela revogação dos aspetos mais gravosos do Código do Trabalho, que fragilizam e obstaculizam a efetivação do direito à contratação.

Afirmar o Poder Local Democrático, defender os serviços públicos

A luta por melhores direitos, sempre foi e continuará a ser, a luta por um Poder Local Democrático - uma das mais importantes conquistas de Abril - ao serviço das populações e do desenvolvimento, que respeite e valorize os seus trabalhadores, pelo que continuaremos a exigir:

- Um regime de finanças locais que consagre a autonomia e o reforço da capacidade financeira das autarquias, dotando-as dos meios financeiros para responder às necessidades e aspirações das populações;
- A valorização e adequação das carreiras dos trabalhadores da Administração Local e Regional à realidade da intervenção das autarquias e a fixação de pessoal operário e técnico qualificado, formação profissional, melhoria das condições de trabalho, indispensáveis a uma gestão pública de qualidade;
- O reforço do carácter democrático e participado, preservando a colegialidade dos órgãos executivos, valorizando o papel dos órgãos deliberativos;
- A reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e a valorização destas autarquias bem como das condições de exercício dos mandatos.

A defesa, melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos, continuará a ser uma prioridade, pois como a realidade tem demonstrado, a privatização/concessão e externalização de serviços levam à perda de qualidade, ao aumento de custos e preços e à degradação e destruição de postos de trabalho. Continuaremos a lutar por:

- Fim das privatizações/concessões e o regresso aos municípios dos serviços públicos privatizados;
- Propriedade e gestão públicas da água, saneamento e resíduos e a construção de serviços públicos de qualidade, democráticos e participados, como garantia da universalidade do acesso por parte das populações;
- Consagração legal do direito à água e ao saneamento como bem essencial à vida, competindo ao Estado garantir e assegurar o seu efetivo cumprimento;
- Reforço e valorização da autonomia e das atribuições e competências municipais na prestação dos serviços de água, saneamento e resíduos, dotando-os dos meios humanos e financeiros necessários;
- Combater a agregação de serviços de água em «baixa» e das ingerências da ERSAR;
- Financiamento e políticas de coesão territorial que permitam aos territórios que, por razões específicas, incorram em especial esforço económico para garantir os serviços de água e resíduos, o possam fazer em condição de sustentabilidade e acessibilidade económica para as suas populações.

Combater a municipalização das funções sociais, lutar pela Regionalização

O governo anterior, com o apoio do PSD, avançou com um vasto processo de transferência de competências para as autarquias, envolvendo as funções sociais do Estado, como a saúde e a educação, erradamente chamado de descentralização, desde logo, porque ignora a Regionalização, sem a qual não há uma real e efetiva descentralização. Os objetivos e consequências são claros: descartar responsabilidades da Administração Central, abrir espaço à privatização de serviços públicos, pondo em causa o seu carácter universal e os direitos de milhares de trabalhadores.

Noutro plano, a transferência de competências dos municípios para as freguesias, ameaça igualmente importantes direitos dos trabalhadores.

É neste quadro que manteremos uma forte intervenção para:

- Proteger e garantir os direitos laborais;
- Defender a autonomia local e a recuperação das condições das autarquias para o pleno exercício das atuais atribuições e competências;
- Exigir a criação das Regiões Administrativas, fator de democracia e instrumento de combate às assimetrias regionais;
- Defender intransigentemente a universalidade das funções sociais do Estado como a educação, saúde, protecção social, habitação, cultura, condições essenciais para a igualdade ao seu acesso por parte das populações.

Um STAL mais forte, dinâmico e representativo

O STAL é a maior e mais representativa organização sindical do sector porque os trabalhadores confiam no seu Sindicato. Esta confiança é o resultado da acção coerente e firme, que nos distingue e da qual nos orgulhamos, em defesa da melhoria das condições de trabalho e de vida, caminho que tem vindo a ser seguido e que nos comprometemos a prosseguir, reforçando, organizando, reivindicando, dinamizando a luta, a participação e a unidade, reafirmando o STAL como um sindicato de classe, unitário e de massas, profundamente ligado aos trabalhadores e à defesa intransigente dos seus direitos, à causa do Poder Local Democrático, dos valores de Abril, da construção de um Portugal soberano e com futuro!

Fortalecer a organização

Nos últimos quatro anos, o STAL continuou a lutar, reforçou-se e está hoje melhor preparado para prosseguir o combate. Mas precisamos de fazer mais e melhor para defender os trabalhadores que representamos. Para isso é indispensável reforçar a organização sindical e dinamizar a acção reivindicativa, pelo que nos propomos:

- Acompanhar e apoiar o funcionamento da estrutura sindical, incentivando o trabalho coletivo e a democracia interna, valorizando a unidade, a solidariedade e o princípio da responsabilidade e responsabilização de acção e de funções;
- Aprofundar e melhorar a ligação às regiões, estruturas fundamentais da organização, implantação e acção junto dos trabalhadores, tendo sempre em atenção os problemas e especificidades com que aquelas se deparam;
- Reforçar e ampliar a rede de delegados sindicais, analisando o seu funcionamento e, onde o mesmo não estiver de acordo com as necessidades de resposta concreta aos problemas dos trabalhadores, encontrar as soluções mais adequadas;
- Apoiar de forma mais directa os delegados sindicais nos locais de trabalho, particularmente no funcionamento institucional das reuniões das comissões sindicais, colaborando na tomada de decisões;
- Realizar, de forma assídua, reuniões descentralizadas de delegados e activistas sindicais para potenciar a nossa intervenção;
- Dar atenção à qualidade dos quadros sindicais, promovendo a sua eleição com regularidade e apostar na sua formação no plano político e sindical, permitindo-lhes encontrar as respostas adequadas, à defesa, promoção e alargamento dos direitos dos trabalhadores que os elegeram.
- Aumentar o número de representantes dos trabalhadores para a SST, melhorando o seu acompanhamento e formação e a capacidade de resposta nesta importante frente de trabalho;
- Reforçar a eleição de trabalhadores para as Comissões Paritárias, no âmbito do processo de avaliação;
- Introduzir no dia-a-dia do trabalho da estrutura sindical a “ficha” de acção sindical integrada;

Aumentar a sindicalização

A sindicalização está na base da organização do local de trabalho. Sem sindicalização não há sindicato. O sindicato ganha sempre mais força com a sindicalização: porque representa mais trabalhadores; porque garante mais recursos para desenvolvimento da acção e porque aumenta a diversidade profissional que representa. A sindicalização é indissociável do conhecimento dos locais de trabalho, da ligação permanente aos trabalhadores. Hoje, como ontem, o trabalhador sindicaliza-se e participa porque encontra no sindicato respostas para os seus problemas e anseios. Num universo de mais de 150 mil trabalhadores da Administração Local e Regional, a que se somam todos os que se venham a integrar, o trabalho de sindicalização é um campo imenso de trabalho e uma batalha diária que tem de estar sempre presente!

Reafirmando a sindicalização como uma prioridade estratégica, trabalharemos para:

- Sindicalizar pelo menos 100 trabalhadores, dando particular relevo aos jovens, mulheres e quadros técnicos;
- Promover campanhas de sindicalização, definindo prioridades, planos, metas específicas, afetando os meios necessários e inovando nas abordagens, avaliando regularmente a execução;
- Elaborar materiais específicos de contacto com os trabalhadores, em especial os mais jovens;
- Tomar medidas e agir no imediato para inverter casos de dessindicalização;
- Reforçar o trabalho reivindicativo e organizativo junto dos trabalhadores aposentados, apelando à sindicalização e/ou à sua continuidade;
- Manter e celebrar novos acordos e protocolos que possibilitam benefícios e regalias aos associados, como contributo para a melhoria da situação dos trabalhadores sindicalizados.

Intensificar e dinamizar a luta

A luta dos trabalhadores é determinante para concretizar a recuperação e avanços nos direitos, como demonstram os tempos recentes. É nos locais de trabalho e no reforço da luta que reside a contribuição decisiva para atingir os objetivos mais imediatos, mas também para a elevação da consciência social e política dos trabalhadores. Apesar dos avanços conseguidos nestes últimos anos, persistem enormes desigualdades no País, e o nosso sector continua marcado por graves problemas que exigem mais luta e ação reivindicativa. É com este objetivo que continuaremos a trabalhar, definindo e construindo orientações, propostas e formas de participação mobilizadoras, combinando os problemas que unem todos os trabalhadores com as questões específicas que são sentidas de forma mais intensa por quem as vive, reforçando a unidade e a convergência na ação. Para isso é indispensável reforçar e melhorar o funcionamento dos diversos departamentos e frentes de trabalho.

A luta e a ação dos trabalhadores foram decisivas para derrotar as políticas concretizadas por diferentes governos, e também no presente serão fundamentais para influenciar o rumo da política nacional e no que nos diz respeito, para valorizar as carreiras e as profissões, o poder local democrático e os serviços públicos. Unidos em torno deste programa e nesta grande força que é o STAL, vamos conseguir!

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL



JOSÉ CLARO
Sócio nº 3198
CM Vila V.Rodão



FERNANDO MARTINS
Sócio nº 24785
CM Sertã



JOSÉ AUGUSTO CRUCHO
Sócio nº 11892
CM Penamacor

DIRECÇÃO REGIONAL



ALBERTINO LOPES
Sócio nº 19174
CM Proença-a-Nova



ANTONIO BRAS SILVA
Sócio nº 33656
C M Fundão



ANTONIO LEAL
Sócio nº 82836
AHBV Penamacor



CARLOS MIGUEL
Sócio nº 55466
CM Covilhã



EDMUNDO MARQUES
Sócio nº 86776
RESIESTRELA



FERNANDO LOPES
Sócio nº 35896
CM Proença-a-Nova



FRANCISCO NUNES
Sócio nº 36125
CM Belmonte



GUILHERMINA MARQUES
Sócio nº 52217
CM Castelo Branco



JAIME NUNES
Sócio nº 27197
CM Sertã



JOÃO JOIA
Sócio nº 48516
CM Idanha-a-Nova



JOÃO GONÇALVES
Sócio nº 97954
LUREC



JOAQUIM MARTINS
Sócio nº 41259
CM Penamacor



Jorge Lourenço
Sócio nº 59445
AHBV Covilhã



JOSE ROCHA
Sócio nº 28144
SM Castelo Branco



LUÍS MARQUES
Sócio nº 26005
SM Castelo Branco



MANUEL TEIXEIRA
Sócio nº 91160
CM Covilhã



MARIA BELA
Sócia nº 49944
CM Vila de Rei



MARCO MELCHIOR
Sócio nº 45387
CM Covilhã



PAULO FERREIRA
Sócio nº 82780
CM Vila V.Rodão



PAULO GESTOSA
Sócio nº 45632
CM Sertã



RUFINO ANTUNES
Sócio nº 10103
CM Oleiros

**Organizar e lutar para Avançar! Melhores
Salários, Carreiras Valorizadas, Serviços
Públicos de Qualidade!**